

Demonstrações financeiras

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre a demonstração financeira	1
Balanço patrimonial.....	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Contexto operacional	10
Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	11
Caixa e equivalentes de caixa.....	15
Caixa restrito e depósitos restituíveis	16
Contas a receber de clientes.....	16
Estoques.....	17
Imobilizado.....	18
Ativo de direito de uso e arrendamento.....	20
Contas a pagar e fornecedores	22
Empréstimos e financiamentos	22
Obrigações tributárias	24
Provisão para demandas judiciais.....	24
Provisão para desmobilização	26
Patrimônio líquido	26
Custos e despesas por natureza.....	28
Outras receitas e despesas operacionais.....	28
Receita operacional líquida	29
Resultado financeiro	31
Imposto de renda e contribuição social corrente	31
Transações com partes relacionadas.....	32
Cobertura de seguros	33
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco.....	33
Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa	38



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.
Viamão - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Forças dos Ventos Energia Eólica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	650	1.021
Contas a receber de clientes	5	2.223	1.119
Contas a receber – Partes relacionadas	20	-	145
Despesas antecipadas		220	118
Estoques	6	4.076	4.484
Impostos e contribuições a recuperar		112	17
Adiantamentos a fornecedores		127	-
Outras contas a receber		19	145
Total do ativo circulante		7.427	7.049
Não circulante			
Caixa restrito e depósitos restituíveis	4	1.208	1.630
Depósitos judiciais		6.128	6.132
Imobilizado	7	29.381	31.629
Ativo de direito de uso	8	2.182	2.580
Total do ativo não circulante		38.899	41.971
Total do ativo		46.326	49.020

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar e Fornecedores	9	572	223
Contas a pagar – Partes relacionadas	20	2.399	2.805
Empréstimos e financiamentos	10	2.661	2.591
Obrigações tributárias	11	5.321	5.454
Obrigações sociais e trabalhistas		988	984
Passivo de arrendamento	8	224	279
Outras contas a pagar		1.826	770
Total do passivo circulante		13.991	13.106
Não circulante			
Contas a pagar e Fornecedores	9	1.091	2.433
Empréstimos e financiamentos	10	12.699	14.916
Provisões para demandas judiciais	12	-	877
Passivo de arrendamento	8	2.258	2.596
Provisão para desmobilização	13	219	197
Total do passivo não circulante		16.267	21.019
Patrimônio líquido			
Capital social	14	20.058	20.058
Prejuízos acumulados		(3.990)	(5.163)
Total do patrimônio líquido		16.068	14.895
Total do passivo e do patrimônio líquido		46.326	49.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	15	12.157	9.179
Custo de geração de energia	16	(9.525)	(8.269)
Lucro bruto		2.632	910
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(283)	(210)
Outras receitas (despesas) operacionais	17	825	(1.036)
		542	(1.246)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		3.174	(336)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	517	172
Despesas financeiras	18	(2.032)	(2.576)
		(1.515)	(2.404)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		1.659	(2.740)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19	(486)	(357)
		(486)	(357)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		1.173	(3.097)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$)

	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.173	(3.097)
Total do resultado abrangente do exercício	1.173	(3.097)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		19.556	-	-	(2.066)	17.490
Aumento de capital social	14	502	-	-	-	502
Prejuízo do exercício		-	-	-	(3.097)	(3.097)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		20.058	-	-	(5.163)	14.895
Lucro do exercício		-	-	-	1.173	1.173
Saldos em 31 de dezembro de 2025	14	20.058	-	-	(3.990)	16.068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		1.659	(2.740)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido (prejuízo) com o fluxo de caixa			
Depreciação do ativo imobilizado	7	3.164	3.503
Amortização do ativo de direito de uso	8	429	304
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10	1.757	1.758
Baixa de ativo imobilizado	7	539	-
Juros sobre arrendamento	8	184	343
Atualização financeira da provisão para desmobilização	13	22	20
Baixa de passivo de arrendamento	8	(350)	-
Provisão para demandas judiciais	12	(877)	877
Aumento (redução) nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		(1.104)	(118)
Contas a receber de clientes – Partes relacionadas	20	145	(145)
Adiantamentos a fornecedores		(127)	127
Estoques		408	(2.331)
Impostos e contribuições a recuperar		(95)	(17)
Despesas antecipadas		(102)	63
Despesas judiciais		4	-
Outras contas a receber		126	(144)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar e Fornecedores		(993)	535
Contas a pagar – Partes relacionadas		(406)	2.752
Obrigações tributárias		(177)	45
Obrigações sociais e trabalhistas		4	495
Outras contas a pagar		1.056	(377)
(-) Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(442)	(389)
(-) Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	10	(1.352)	(1.794)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		3.472	2.767
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	7	(1.455)	(1.885)
Caixa restrito e depósitos restituíveis	4	422	(147)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.033)	(2.032)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	(2.552)	(2.301)
Pagamento de arrendamento	8	(258)	(364)
Aumento de capital social	14	-	502
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(2.810)	(2.163)
Redução líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		(371)	(1.428)
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro		1.021	2.449
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro		650	1.021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Forças dos Ventos Energia Eólica S.A. - (“Forças dos Ventos” ou “Companhia”), com sede localizada na Estrada Edmundo dos Santos Abreu, n.º 21.500, bairro Águas Claras, CEP 94.760-000, na cidade de Viamão, estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem eólica.

Em 06 de novembro de 2023, a Companhia foi adquirida pela Pontal Holding S.A., Companhia diretamente controlada pelo Power IV Fundo de Investimento em Participações. A acionista controladora da Companhia é a Pontal Holding S.A.

EOL	Potência em MW	Nº da Autorização MME	Vencimento do prazo de autorização	Local
Pontal 2B	11,2	146/2011	04/03/2046	Viamão-RS

1.1 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo de R\$6.564 (R\$6.057 negativo em 31 de dezembro de 2024), decorrente principalmente da rubrica de obrigações tributárias que em 2025 tem o valor de R\$5.321 (R\$5.454 em 2024). Em 2025, a Companhia apresentou lucro líquido do exercício de R\$1.173 (R\$3.097 de prejuízo em 2024), porém, apresentou fluxo de caixa líquido positivo gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$3.472 (R\$2.767 positivo em 2024).

A diretoria da Companhia entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo. Nesse contexto, a diretoria avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a diretoria não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.2 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Diretoria 29 de maio de 2026.

1.3 Impactos do Pilar Dois

Em 23 de maio de 2023, a *International Accounting Standards Board* emitiu a Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE, incluindo legislações tributárias que implementam os Impostos Mínimos de Complementação Doméstica Qualificados. O Grupo adotou essas emendas. No entanto, a Diretoria não identificou impactos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Bases de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhia por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional.

A diretoria aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a diretoria afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

2.3 Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de encerramento do exercício são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos às taxas das transações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a diretoria faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia a administração efetuou os seguintes julgamentos, estimativas e premissas apresentados nas notas explicativas abaixo:

Nota explicativa 7 – Imobilizado: Valor recuperável e vida útil dos ativos;

Nota explicativa 12 – Provisão para demandas judiciais: Classificação dos riscos de perda;

Nota explicativa 13 – Provisão para desmobilização: Taxa de desconto das obrigações; e

Nota explicativa 15 – Receita operacional líquida: Receita não faturada.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados a primeira vez em 2025

A Companhia avaliou o conteúdo das novas normas que se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, conforme descrito abaixo. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

A Companhia não realizou operações de Leaseback ou aluguel de itens vendidos que sejam anteriormente de sua propriedade.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Em 18 de outubro de 2024 o CPC emitiu o OCPC 10 com o objetivo de tratar os requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO₂e)¹, Permissões de emissão (allowances)² e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos por não operar com esses produtos e não fazer parte do seu plano de negócio.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A administração iniciou uma análise minuciosa e aprofundada sobre a entrada em vigor do referido normativo, com o objetivo de avaliar seus potenciais impactos na divulgação das demonstrações financeiras. Até a data-base deste relatório, não é possível divulgar os efeitos concretos desta adoção.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- i) Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- ii) Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- iii) Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Alterações à IFRS 10 e IAS 28 -Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.

Em fevereiro de 2026, o IASB publicou um Exposure Draft propondo ajustes específicos na IAS 28, visando clarificar quais investimentos em associadas e joint ventures podem ser mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Ainda não temos a definição de uma data efetiva.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- iv) Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

- v) Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- vi) Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Alterações à IFRS 10 e IAS 28 -Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.

Em fevereiro de 2026, o IASB publicou um Exposure Draft propondo ajustes específicos na IAS 28, visando clarificar quais investimentos em associadas e joint ventures podem ser mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera que Caixa e equivalentes de caixa são valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Companhia. Os montantes registrados são imediatamente conversíveis em caixa e possuem risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários	86	1.012
Aplicações financeiras	564	9
Total	650	1.021

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 97% e 100% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2025	2024
Banrisul S.A.	CDB	CDI	-	9
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	307	-
Banco Itaú S.A.	Compromissada	CDI	257	-
			564	9

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

4. Caixa restrito e depósitos restituíveis

Correspondem a recursos monetários que não disponíveis para utilização imediata pela entidade, sendo necessário a autorização e terceiros para movimentação do recurso, em razão de restrições impostas por instrumentos contratuais de dívida, disposições legais ou exigências regulatórias. Tais restrições limitam a livre movimentação desses valores, vinculando-os a finalidades específicas previamente determinadas, como garantias, obrigações financeiras ou projetos regulados, segregados na categoria abaixo:

Conta reserva de garantia

Depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco do Itaú, referente à manutenção do fundo de liquidez em conta reserva especial, que permanecerão bloqueados até o final da liquidação de todas as obrigações garantidas.

Caixa restrito de longo prazo:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2025	2024
Banco Brarislul S.A.	Reserva de dívida	CDI	1.208	1.630
Total			1.208	1.630

5. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores originados pela transação de venda ou comercialização de energia elétrica e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através do reconhecimento de receitas onde haja razoável certeza de que fluxos de caixa futuros fluirão para a Companhia em valor igual ao registrado.

Caso haja incerteza de sua realização, uma provisão é registrada. A provisão para a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) é constituída com base nas perdas esperadas pela Companhia, na análise individualizada dos clientes e nas negociações em andamento dos saldos com seus clientes.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

A Companhia registra a geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas na modalidade do Leilão de Energia Reserva (LER), os excedentes quadrienais e anuais, conforme descrito na Nota 15.

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Venda de energia elétrica - Faturado	2.221	1.114
Venda de energia - CCEE	2	5
	2.223	1.119

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2025	2024
Saldo a vencer	60	1.024
Saldo vencido até 30 dias	999	-
Saldo vencido de 31 a 60 dias	986	-
Saldo vencido acima de 150 dias	178	95
Total	2.223	1.119

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber.

A Administração não prevê a constituição de novas provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD), tendo em vista as características do mercado em que a Companhia opera e os mecanismos de mitigação do risco como, processos de análise de crédito, acompanhamento contínuo da carteira e garantias contratuais.

6. Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização e são avaliados ao custo ou o valor realizável dos dois o menor.

A administração realiza avaliações periódicas dos itens registrados em estoque, com foco na identificação de riscos relacionados à perda de valor e à obsolescência. Quando constatadas tais situações, os valores correspondentes ao custo dos itens são reconhecidos como baixa no resultado da Companhia, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis

	2025	2024
Estoque para reposição de peças	4.076	4.484
	4.076	4.484

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização ou concessão, dos dois, o menor.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Os adiantamentos realizados a fornecedores, vinculados exclusivamente à aquisição ou construção de ativos imobilizados, são registrados como adições ao imobilizado, em razão de sua natureza e finalidade. Tal procedimento visa garantir que o custo dos ativos, apresentado na data-base das demonstrações financeiras, corresponda aos montantes efetivamente investidos pela Companhia.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem, custos e juros dos empréstimos intrinsecamente ligados a construção do ativo conforme disposto no CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos, até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Método de depreciação:

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização de operação, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Empresa à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que se assemelham às vidas úteis efetivas dos bens. Os ativos administrativos são depreciados a taxas que também refletem a vida útil efetiva dos bens.

A Companhia efetuou a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2025 e 2024 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual de seus ativos.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens.

	Vida útil
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Testes de recuperabilidade de ativos (teste de impairment)

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

A Companhia analisou em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável.

A diretoria avaliou e conclui que não há indicativos de perda no valor recuperável do ativo imobilizado.

Segue abaixo os movimentos do imobilizado na demonstração financeira:

	2025			2024
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Máquinas, equipamentos e instalações	60.720	(35.673)	25.047	19.876
Edificações, obras civis e benfeitorias	175	(121)	54	8.363
Desmobilização de ativos	176	(16)	160	168
Em curso				
Estoque de ativo fixo	862	-	862	992
Bens em andamento	3.258	-	3.258	2.230
	65.191	(35.810)	29.381	31.629

	Saldo em 2024	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2025
Em serviço					
Máquinas, equipamentos e instalações	47.207	18	13.495	-	60.720
Edificações, obras civis e benfeitorias	13.670	-	(13.495)	-	175
Desmobilização de ativos	176	-	-	-	176
Em curso					
Estoque de ativo fixo	992	409	-	(539)	862
Bens em andamento	2.230	1.028	-	-	3.258
	64.275	1.455	-	(539)	65.191

	Saldo em 2024	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2025
Depreciação					
Em serviço					
Máquinas, equipamentos e instalações	(27.331)	(2.642)	(5.700)	-	(35.673)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(5.307)	(514)	5.700	-	(121)
Provisão para desmobilização	(8)	(8)	-	-	(16)
	(32.646)	(3.164)	-	-	(35.810)

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Saldo em 2023	Adição (a)	Baixas	Saldo em 2024
<u>Em serviço</u>				
Máquinas, equipamentos e instalações	47.207	-	-	47.207
Edificações, obras civis e benfeitorias	13.670	-	-	13.670
Desmobilização de ativos	176	-	-	176
<u>Em curso</u>				
Estoque de ativo fixo	-	992	-	992
Bens em andamento	370	1.860	-	2.230
	61.423	2.852	-	64.275

Depreciação	Saldo em 2023	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2024
<u>Em serviço</u>					
Máquinas, equipamentos e instalações	(24.402)	(2.929)	-	-	(27.331)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(4.741)	(566)	-	-	(5.307)
Provisão para desmobilização	-	(8)	-	-	(8)
	(29.143)	(3.503)	-	-	(32.646)

(a) No exercício de 2024, em decorrência da aquisição do Parque Eólico Pontal ocorrida em novembro de 2023, a administração procedeu com a reclassificação contábil do saldo registrado na rubrica de Estoques para a rubrica de Ativo Imobilizado, com o objetivo de assegurar o adequado enquadramento às diretrizes e políticas de gestão de ativos estabelecidas pelo Grupo.

8. Ativo de direito de uso e arrendamento

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, respeitando também a data limite da autorização da operação, conforme abaixo:

- Terrenos 320 meses (delimitado pela data autorização da operação);
- Veículos automotores: 36 meses (delimitado pela data autorização da operação).

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo, arrendamentos de ativos de baixo valor e para aqueles em que os pagamentos são atrelados a fatores variáveis, sendo reconhecido os pagamentos de arrendamento como uma despesa em uma base linear ao longo do prazo do contrato, conforme disposto no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável e a diretoria avaliou e conclui que não há indicativos de perda no valor recuperável.

A composição e movimentação do Ativo de direito de uso é como segue:

	2025			2024
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	2.558	(780)	1.778	1.940
Veículos	799	(395)	404	640
	3.357	(1.175)	2.182	2.580

Custo	Saldo em 2024	Adição	Baixa	Saldo em 2025
Terrenos	2.558	-	-	2.558
Veículos	768	31	-	799
	3.326	31	-	3.357

Amortização	Saldo em 2024	Adição	Baixa	Saldo em 2025
Terrenos	(618)	(162)	-	(780)
Veículos	(128)	(267)	-	(395)
	(746)	(429)	-	(1.175)

Custo	Saldo em 2023	Adição	Baixa	Saldo em 2024
Terrenos	2.558	-	-	2.558
Veículos	-	768	-	768
	2.558	768	-	3.326

Amortização	Saldo em 2023	Adição	Baixa	Saldo em 2024
Terrenos	(442)	(176)	-	(618)
Veículos	-	(128)	-	(128)
	(442)	(304)	-	(746)

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos de arrendamento são como segue:

	2025		2024	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Valor nominal dos pagamentos futuros	247	3.000	475	3.383
Ajuste a valor presente	(23)	(742)	(196)	(787)
Total	224	2.258	279	2.596

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53% para os terrenos e 11,06% para os veículos. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Saldo inicial	2.875	2.128
Adições	31	768
Baixas	(350)	-
Pagamentos	(258)	(364)
Juros sobre arrendamento (Nota 18)	184	343
Saldo final	2.482	2.875

Cronograma de vencimento do saldo não circulante em 31 de dezembro de 2025:

Ano	2025
2027	383
2028	241
2029	241
A partir de 2029	1.393
	2.258

9. Contas a pagar e fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

A Companhia registra a geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas na modalidade do Leilão de Energia Reserva (LER), os ressarcimentos quadrienais e anuais, conforme descrito na Nota 15.

	2025	2024
Fornecedores	570	223
Contas a pagar - CCEE	3	2.433
Contas a pagar - Quadriênio	1.090	-
Total	1.663	2.656
Passivo circulante	572	223
Passivo não circulante	1.091	2.433

10. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

do resultado durante o período em que o empréstimo esteja em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados, durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

O empréstimo contratado pela Companhia está sujeito a cláusulas restritivas (*covenants*) de natureza financeira e não financeira. A administração realiza monitoramento contínuo e detalhado dos indicadores exigidos, com o objetivo de assegurar a conformidade contratual e mitigar riscos que possam resultar em descumprimento, evitando, assim, impactos adversos na liquidez, na estrutura de capital e na operação da Companhia.

Dentre as obrigações, é exigida a manutenção do saldo mínimo da conta do serviço da dívida, correspondente a 6 (seis) vezes o valor da prestação da dívida, bem como a manutenção do Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) de, no mínimo, 1,3 vezes, apurado a cada encerramento do exercício, os quais foram devidamente atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas ("covenants financeiros e não financeiros").

A amortização e o pagamento de juros deste financiamento são realizados mensalmente, tendo o vencimento previsto da última parcela para novembro de 2031.

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Credor	Encargos	2025		2024	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
Badesul	TJLP + 2,40 % a.a.	2.661	12.699	2.591	14.916
Total		2.661	12.699	2.591	14.916

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	2025	2024
Saldo inicial	17.507	19.844
Juros provisionados (Nota 18)	1.757	1.758
Pagamento de juros	(1.352)	(1.794)
Amortização de principal	(2.552)	(2.301)
Saldo final	15.360	17.507

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2025, têm os seguintes vencimentos:

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025
2027	2.587
2028	2.587
2029	2.587
Após 2029	4.938
Saldo final	12.699

11. Obrigações tributárias

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

	2025	2024
IRPJ/CSLL	5.090	5.120
PIS/COFINS	85	186
ICMS	70	80
ISS	34	39
Retido de terceiros	34	29
Outros	8	-
	5.321	5.454

12. Provisão para demandas judiciais

As provisões existentes na Companhia estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A diretoria classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

Perda provável:

São processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado; processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa.

Perda possível:

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

São processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.

Perda remota:

São processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A Diretoria acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra Companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

A Diretoria realiza, de forma periódica, análises de sensibilidade relacionadas às alterações nas premissas e estimativas utilizadas na mensuração das provisões para demandas judiciais. Com base na avaliação efetuada, não foram identificadas mudanças que resultassem em impactos relevantes ou ajustes contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

Os saldos das demandas judiciais prováveis estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Riscos cíveis	-	877
Riscos trabalhistas	-	-
Riscos tributários	-	-
Total	-	877

A movimentação das demandas judiciais prováveis está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	877	-
Adições (nota 17)	-	470
Baixas (nota 17)	(877)	-
Atualizações (nota 18)	-	407
Saldo final	-	877

Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível:

	2025	2024
Riscos cíveis	57	2.853
Ambiental	5	8
Trabalhistas	144	-
Total	206	2.861

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2025 com base no parecer de seus assessores jurídicos, dois processos cíveis movidos pela Companhia, classificados como perda possível, no montante de R\$57 (R\$2.853 em 31 de dezembro de 2024), referentes à ações de servidão perpétua e usucapiões.

Processos ambientais

Em 31 de dezembro de 2025 com base no parecer de seus assessores jurídicos, há dois processos administrativos ambientais classificados como perda possível, no montante de R\$5 (R\$8 em 31 de dezembro de 2024), referentes a dois autos de infração.

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2025 com base no parecer de seus assessores jurídicos, há um processo trabalhista classificado como perda possível, no montante de R\$144 (zero em 31 de dezembro de 2024).

13. Provisão para desmobilização

Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo (Nota 7).

Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o imobilizado.

Os passivos foram mensurados ao valor presente descontados por meio da taxa de 11,08%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base a inflação e vida útil do ativo.

	2025	2024
Saldo inicial	197	177
Adição	-	-
Atualização (Nota 18)	22	20
Saldo final	219	197

14. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$20.058 e está representado por 45.555.945 ações ordinárias, com valor nominal de R\$0,429273172 cada.

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Em 30 de outubro de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram aumento de capital no montante de R\$ 502 sem alteração na quantidade de cotas, a integralização do capital social ocorreu somente no exercício de 2024.

Reserva de lucros

Reserva legal

O Estatuto Social determina que 5% do lucro líquido será aplicado, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

Reserva de retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Companhia devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

Prejuízo acumulado

A Lei nº 6.404/76, no parágrafo único do art. 189, determina que o prejuízo do exercício seja apresentado na conta de “prejuízos acumulados” e deverá obrigatoriamente ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Dividendos:

O Estatuto Social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Nos exercícios sociais de 2025 e 2024 não houveram distribuições de dividendos aos acionistas referentes ao exercício tendo em vista a existência de prejuízos acumulados do período anterior.

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

15. Custos e despesas por natureza

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

	2025	2024
Custo do serviço de energia elétrica		
Compra de energia elétrica - Partes relacionadas (Nota 20)	(121)	(93)
Royalties ANEEL	(419)	(413)
Total custo do serviço de energia elétrica	(540)	(506)
Custo com operação		
Impostos, licenças e taxas	(111)	(30)
Viagens	(185)	(199)
Serviços de terceiros	(2.139)	(1.112)
Seguros	(272)	(302)
Pessoal	(66)	(1.699)
Depreciação do ativo imobilizado (Nota 7)	(3.164)	(3.503)
Amortização de direito de uso (Nota 8)	(429)	(304)
Serviços de operação e manutenção	(33)	-
Serviços de operação e manutenção – Partes relacionadas (Nota 20)	(974)	-
CCEE	(7)	(3)
Telecomunicações	(225)	(10)
Alugueis e utilidades	(9)	(10)
Promoção e publicidade	(8)	(9)
Outros	(1.363)	(582)
Total custo com operação	(8.985)	(7.763)
Total de custos	(9.525)	(8.269)
Despesas gerais		
Serviços de terceiros e O&M	(110)	(31)
Serviços de administração - Partes relacionadas (Nota 20)	(173)	(179)
Total das despesas administrativas e gerais	(283)	(210)

16. Outras receitas e despesas operacionais

	2025	2024
Multas e juros sobre tributos	-	(14)
Ganho e perda na venda de ativos	(33)	-
Custo com aquisições	(19)	-
Impostos estaduais e federais	-	(40)
Custos com liquidação de processos judiciais	-	16
Reversão de provisão de contingências (Nota 12)	877	(470)
Outras receitas (despesas)	-	(528)
Total	825	(1.036)

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

17. Receita operacional líquida

Reconhecimento da receita

A receita operacional da Companhia é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência persuasiva de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização, conforme disposto no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Venda de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de venda de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato com as distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Leilão de energia reserva

A receita é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente. Os contratos seguem o modelo de Contratação de Energia de Reserva (CER) e possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, conforme a entrega de energia ocorre, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

A Companhia considera que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. A Companhia mensura a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável. No mês subsequente, o valor estimado da contraprestação no mês anterior é estornado a receita efetivamente faturada é reconhecida.

Adicionalmente, os contratos CER possuem limites de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada e estabelecem que sejam apuradas as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base no preço contratual. Desvios positivos ou negativos são registrados conforme a seguir:

Geração excedente: a geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas é reconhecida no mês de competência conforme metodologia estabelecida em cada contrato e esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada. A Companhia reconhece a receita excedente pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a geração excedente é apurada, liquidada no pelo preço estabelecido em contrato entre as partes e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

Geração deficitária: a geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas é reconhecida no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada, sendo pagos em 12 parcelas após eventuais compensações com gerações excedentes, e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada, sendo pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, mensurado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso nos contratos CER.

	2025	2024
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	11.917	10.272
Resultado com CCEE	1.450	77
(Nota 19)	13.367	10.349
Deduções da receita operacional bruta		
<u>Impostos sobre a venda</u>		
ICMS	(749)	(813)
PIS	(82)	(64)
COFINS	(379)	(293)
	(1.210)	(1.170)
Receita operacional líquida	12.157	9.179

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

18. Resultado financeiro

A Companhia reconhece o resultado financeiro, incluindo receitas e despesas financeiras, com base no regime de competência, ou seja, à medida que são incorridas, independentemente do momento do recebimento ou desembolso de caixa.

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, atualização monetária dos passivos de longo prazo, reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	286	171
Outras receitas financeiras	231	1
Total	517	172
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos (Nota 10)	(1.757)	(1.758)
Juros sobre arrendamento (Nota 8)	(184)	(343)
Multas e encargos sobre empréstimos	(6)	(9)
Atualização de contingências (Nota 12)	-	(407)
Atualização monetária sobre provisão para desmobilização (Nota 13)	(22)	(20)
Impostos sobre operações financeiras	(45)	(5)
Despesas com juros e descontos concedidos	(18)	(34)
Total	(2.032)	(2.576)

19. Imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia apura seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de presunção de 8% para imposto de renda e 12% sobre as receitas brutas auferida no período de apuração, somadas a receita financeira. Sobre esta base é apurado o imposto de renda e a contribuição social mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

A Administração avaliou a existência de incertezas relacionadas ao tratamento dos tributos sobre o lucro, conforme previsto no ICPC 22, e concluiu que não foram identificados impactos relevantes na apuração do imposto.

	2025	2024
Imposto de renda	(316)	(229)
Contribuição social	(170)	(128)
Total com despesas de impostos	(486)	(357)

A Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia)	13.367	13.367	10.349	10.349
(Nota 17)	13.367	13.367	10.349	10.349
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.069	1.604	828	1.242
Receitas financeiras	286	286	172	172
Outras receitas	3	3	12	12
Base de cálculo total	1.358	1.893	1.012	1.426
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
	(340)	(170)	(253)	(128)
Outros	24	-	24	-
Total	(316)	(170)	(229)	(128)

20. Transações com partes relacionadas

Em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, a Companhia considera como partes relacionadas todas as entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia. Essa definição abrange também transações, saldos e operações realizadas entre essas partes.

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

	Nota	2025	2024
Ativo			
Contas a receber			
Alex Energia Participações S.A.	(a)	-	145
		-	145
Passivo			
Contas a pagar			
Elera Renováveis S.A.	(b)	80	2.805
Elera Gestão e Energia S.A.	(b)	88	-
Alex Energia Participações S.A.	(b)	1.523	-
Janaúba Fase I Geração Solar Ltda.	(b)	50	-
Alex VIII Energia SPE SA	(b)	2	-
Elera Renováveis SA	(b)	439	-
Alex Energia Participações SA	(b)	2	-
Pantanal Energética Ltda	(b)	200	-
Alex X Energia SPE SA	(b)	15	-
		2.399	2.805

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Resultado		
Compra de energia elétrica		
Elera Gestão e Energia S.A.	(c)	(121) (93)
	Nota 15	(121) (93)
Custo		
Elera Renováveis S.A.	(d)	(33) -
Janauba Fase I Geracao Solar Ltda.	(d)	(382) -
Alex New Energies Investimentos e Participacoes S.A.	(d)	(559) -
	Nota 15	(974) -
Despesa		
Serviços de ADM		
Elera Renováveis S.A.	(e)	(173) (179)
	Nota 15	(173) (179)

- (a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (c) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;
- (d) Custos relacionados a contratação de serviços de O&M de outras empresas do grupo;
- (e) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;

Em 2025 e 2024, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as Companhias do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.

21. Cobertura de seguros

A Companhia tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade, os prêmios de seguros são reconhecidos no resultado a medida que incorridos. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2025 é de R\$79.650 (R\$79.650 em 31 de dezembro de 2024) para os bens vinculados à autorização. Sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as eólicas. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$180.000.

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras individual e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2025			2024		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Conta corrente	650	-	650	1.012	-	1.012
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	-	564	564	-	9	9
Contas a receber de clientes	2.223	-	2.223	1.264	-	1.264
Contas a receber – Partes relacionadas	-	-	-	145	-	145
Caixa restrito e depósitos restituíveis	-	1.208	1.208	-	1.630	1.630
Despesas antecipadas	220	-	220	118	-	118
Depósitos judiciais	6.128	-	6.128	6.132	-	6.132
Adiantamentos a fornecedores	127	-	127	-	-	-
Outras contas a receber	19	-	19	145	-	145
	9.367	1.772	11.139	8.816	1.639	10.455

Passivos financeiros	2025			2024		
	Custo Amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo Amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Contas a pagar e fornecedores	1.663	-	1.663	2.656	-	2.656
Contas a pagar – Partes relacionadas	2.399	-	2.399	2.805	-	2.805
Passivo de arrendamento	2.482	-	2.482	2.875	-	2.875
Empréstimos e financiamentos	15.360	-	15.360	17.507	-	17.507
Outras contas a pagar	1.826	-	1.826	770	-	770
	23.730	-	23.730	26.613	-	26.613

Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá.

No mercado principal para o ativo ou passivo;

Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia;

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

Os instrumentos financeiros do Grupo mensurados a valor justo enquadram-se integralmente no Nível 1 da hierarquia de mensuração, uma vez que seus valores são determinados com base em preços cotados em mercados ativos, acessíveis ao público e observáveis de forma direta na data de mensuração.

Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela diretoria, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

i) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber.

A Companhia possui caixa e equivalente de caixa, predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é BB, conforme avaliação da agência S&P.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado.

iii) Risco de taxa de juros

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Refere-se ao risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas, em contrapartida impactará na remuneração do caixa da Companhia.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

A elevação das taxas básicas de juros estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) poderá ter impacto adverso no resultado da Companhia na medida em que pode inibir o crescimento econômico do país e, consequentemente, do setor elétrico. Ressalte-se também que a Companhia possui empréstimo indexado a uma taxa de juros pós fixada ficando, portanto, os fluxos de pagamento dessas dívidas expostos às flutuações das taxas de juros. Diante desse cenário, a Companhia está exposta a um risco financeiro associado a taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro de seus passivos financeiros. Por outro lado, a Companhia possui instrumentos financeiros ativos, como caixa e equivalentes de caixa onde tais recursos financeiros são mantidos em instituições financeiras remunerados pela taxa de depósitos interbancários (DI), atenuando o impacto no resultado decorrendo do aumento dos passivos financeiros da Companhia.

iv) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (covenants financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela diretoria por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

v) Risco de concentração de carteira de clientes

A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia efetua avaliações financeiras, requisita garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

vii) Risco de geração

A receita proveniente da venda de energia elétrica pelos geradores e eólicos depende diretamente da energia efetivamente gerada. O ambiente de contratação na qual foi vendida a energia do gerador eólico, mercado livre ou regulado, definirá como e quando o déficit ou o superávit de geração afetará a receita da Companhia.

Com a sanção da Lei nº 15.269, de 2025, ficou determinado que os cortes de geração decorrentes de falta de demanda — classificados pelo agente regulador como “curtailment energético” — deixam de possuir respaldo legal para a abertura de processos de reembolso. Dessa forma, eventuais restrições impostas à

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

produção de energia por motivos exclusivamente relacionados à insuficiência de demanda não poderão ser objeto de compensação financeira ou pleitos indenizatórios perante as instâncias regulatórias competentes.

No mercado livre, quando a produção da usina é inferior aos seus compromissos contratuais, a Companhia deverão adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo. Quando a venda é efetivada no mercado regulado, o eventual déficit de geração deverá ser abatido da receita de contratos que a usina tem direito. Para as usinas em construção, quando um contrato de fornecimento se inicia antes da data de início de operação comercial da usina, a Companhia deverá adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo.

vii) Risco de não renovação da autorização e concessão

Parques Eólicos

A Companhia detém autorização para exploração de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos.

O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito à renovação de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica proveniente de fonte eólica. A Lei Federal nº 13.360/2016, ao alterar a Lei nº 9.427/1996, em seu § 1º - C, art. 26, apenas dispõe que os empreendimentos de fontes eólicos que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas não observarão o desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD).

Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização concedidas à Companhia pelo Poder Concedente.

Caso a renovação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais ou de redução de incentivos previamente concedidos para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Derivativos

Durante os exercícios de 2025 e de 2024, a Companhia não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

Forças dos Ventos Energia Eólica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

23. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

Ativo de direito de uso	2025	2024
Total de movimentação do ativo de direito de uso (nota 8)	398	(464)
Adição de contratos de arrendamento	31	768
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	429	304
Passivo de arrendamento	2025	2024
Total de movimentação do arrendamento (nota 8)	(393)	747
Adições de contratos de arrendamento	(31)	(768)
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	(424)	(21)

* * *